

MIZHA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.				CNPJ/MF nº 18.634.114/0001-59
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)				
BALANÇOS PATRIMONIAIS				
ATIVO	Nota	2024	2023	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.114	8.370	
Contas a receber de parte relacionada	8.1	2.100	1.857	
Impostos e contribuições a recuperar		309	46	
Outros ativos circulantes		26	137	
Total do ativo circulante		10.549	10.410	
Não circulante				
Outros ativos não circulantes		20	20	
Investimento em coligada	5	1.637.186	1.582.871	
Imobilizado		64	47	
Total do ativo não circulante		1.637.270	1.582.938	
Total do ativo		1.647.819	1.593.348	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2024	2023	
Circulante				
Fornecedores e contas a pagar	6	416	1.062	
Salários, provisões e encargos sociais	7	676	421	
Impostos e contribuições a recolher		51	38	
Total do passivo circulante		1.143	1.521	
Não circulante				
Contas a pagar	6	103.039	92.974	
Total do passivo não circulante		103.039	92.974	
Patrimônio líquido				
Capital social	9.2	2.230.000	2.230.000	
Capital a integralizar	9.2	(55.400)	(55.400)	
Prejuízos acumulados		(630.963)	(675.747)	
Total do patrimônio líquido		1.543.637	1.498.853	
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.647.819	1.593.348	

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Mizha Energia Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 7 de agosto de 2013, e é uma subsidiária integral da Mitsui & Co. Ltd. ("Mitsui"). A Companhia é sediada na Praia do Flamengo, nº 200 - 14º andar, Sala 1401 (parte), Rio de Janeiro (RJ). A Companhia tem por objeto social: (i) a participação no capital social da Jirau Energia S.A. ("Jirau"), sendo a Jirau detentora da concessão de uso de bem público para a exploração da Usina Hidrelétrica Jirau ("UHE Jirau"), no Rio Madeira, Estado de Rondônia; (ii) compra e venda de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") no Brasil, na condição de Companhia Comercializadora de Energia Elétrica ("CCEE"); (iii) participação em outras companhias, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; e (iv) representação de outras companhias, nacionais ou estrangeiras. **2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas em conformidade com a Orientação OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das informações contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16) e mensurações que tenham algumas similitudes ao valor justo, mas não sejam valor justo, como o valor em uso mencionado no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36). Na data de autorização da emissão destas demonstrações financeiras, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia possui os recursos necessários para continuar suas operações em um futuro previsível. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade das operações da Companhia. As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir, e vêm sendo aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Conforme preconizado pelo Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas com base em sua respectiva moeda funcional, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual opera. A Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real brasileiro (R\$), e suas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$'000). Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer outra moeda que não a moeda funcional (R\$), são registradas às taxas de câmbio vigentes na data da transação. No final de cada exercício, os itens monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos às taxas de câmbio vigentes no final do exercício. Itens não monetários registrados pelo valor justo denominado em moeda estrangeira são convertidos às taxas vigentes na data na qual o valor justo foi determinado. Itens não monetários mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio vigente na data da transação. **2.4. Valores em moeda estrangeira ou sujeitos à atualização monetária:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de encerramento do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica "Variação monetária e cambial, líquida". Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio na data das transações ou na data da avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. Os ativos e passivos em reais (R\$) e sujeitos à indexação contratual ou legal, são atualizados monetariamente na data do balanço pela aplicação do índice de reajuste correspondente. Ganhos e perdas decorrentes de atualizações monetárias são reconhecidos, em bases correntes, no resultado do exercício. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou demais fins. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos em depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, 3 (três) meses ou menos, a contar da data de sua contratação. As aplicações financeiras são destinadas para atender compromissos de caixa de curto prazo da Companhia e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais. **2.6. Investimento em coligada:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras da coligada Jirau (nota explicativa nº 5) são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, em conformidade com os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 28). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação societária da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ultrapassa a sua participação nessa coligada (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na coligada ou "joint venture"), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente à medida em que a Companhia incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada. O exercício social da coligada é coincidente com o da Companhia. **2.7. Avaliação do valor recuperável dos ativos de longa duração:** Ao final de cada exercício social, a Companhia verifica se há indicação de que seus ativos tangíveis, intangíveis e investimento em coligada sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável ("impairment"). Se houver tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil dos bens tangíveis ou intangíveis é reduzido para refletir o valor recuperável estimado. Portanto, o montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda ou o valor em uso. Caso haja a contabilização de perda por redução ao valor recuperável ("impairment"), ela é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. **2.8. Ativos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser confiavelmente mensurado. Os ativos são demonstrados pelos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e/ou cambiais e os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em função do tempo decorrido ("pro rata temporis") até a data do balanço. Os bens e direitos realizáveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentados como ativos circulantes. **2.9. Contas a pagar (fornecedores):** As contas a pagar a fornecedores são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas, quando aplicáveis, e representam as obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos de fornecedores diversos no curso normal das operações da Companhia. **2.10. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e que seja provável que a Companhia será requerida a liquidar tal obrigação, e esta possa ser confiavelmente mensurada. O montante reconhecido como provisão representa a melhor estimativa da contraprestação que será devida para liquidar a obrigação na data do balanço, levando-se em consideração os riscos e as incertezas envolvendo a obriga-

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	Capital social	Capital a integralizar
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.230.000	(59.900)
Integralização de capital	9.2	-	4.500
Lucro do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.230.000	(55.400)
Lucro do exercício		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.230.000	(55.400)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
	Nota	2024	2023
Receita operacional	8	6.805	6.446
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de menos valia:			
Despesas gerais e administrativas	11	(6.702)	(8.610)
Outras despesas operacionais		-	(8.599)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		54.419	6.179
Receitas financeiras	12.b)	358	234
Despesas financeiras	12.b)	(39)	(87)
Variação cambial, líquida	12.b)	123	(155)
Atualização monetária Passiva	12.a)	(10.065)	-
Resultado financeiro		(9.623)	(8)
Lucro antes dos impostos		44.796	6.171
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Correntes	10	(12)	-
Lucro líquido do exercício		44.784	6.171
Lucro do exercício básico por ação (em R\$)	9.2	0,020	0,003

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
		2024	2023
Lucro líquido do exercício		44.784	6.171
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		44.784	6.171

ção. Provisão para riscos: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações de natureza trabalhista, fiscal e cível. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais externos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para considerar alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões nos tribunais. A Companhia não possui nenhuma exposição relacionada a reclamações de natureza trabalhista, fiscal e cível classificadas com probabilidade de perda possível. Riscos contingentes avaliados como de probabilidade de perda possível são divulgados nas demonstrações financeiras, porém não são reconhecidos em conta específica do passivo. **2.11. Passivos circulante e não circulante:** Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação, legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso financeiro seja requerido para liquidá-lo. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. As obrigações vencíveis até o prazo de 12 (doze) meses da data do balanço estão apresentadas como passivos circulantes. **2.12. Despesas gerais e administrativas:** As despesas gerais e administrativas são registradas de acordo com sua natureza e são contabilizadas pelo regime de competência. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração. **2.13. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são representadas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras e atualização monetária de contas a pagar, respectivamente, e são registradas em conformidade com o regime de competência (nota explicativa nº 12). **2.14. Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na sistemática do lucro real. Quando da existência de base positiva, as provisões para o imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporário, quando aplicável, às alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$240, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Quando aplicável, os adiantamentos de imposto de renda e contribuição social efetuados durante o exercício são registrados no ativo circulante ("Impostos e contribuições a recuperar") e compensados com o imposto de renda e a contribuição social a pagar, registrados no passivo circulante ("Impostos e contribuições a recolher"). **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se às alíquotas efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os ativos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal), os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias: • Sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou o prejuízo tributável nem o resultado contábil. • Relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento controlados em conjunto, na extensão que a entidade seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível. • Tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Os impostos diferidos são reconhecidos à medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro contra o qual a diferença temporária definitiva possa ser utilizada e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensáveis. Quando aplicável, o ativo fiscal diferido é integralmente apresentado no ativo não circulante, independentemente da expectativa de realização dos valores que lhes dão origem. Nas situações em que for aplicável, os impostos diferidos ativos e passivos são registrados pelo líquido, no ativo não circulante. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo de créditos fiscais diferidos é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:** O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. **2.15. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **2.16. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa é preparada em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, por meio do método indireto, no qual segregam-se os fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, reconhecendo-se o lucro líquido (prejuízo) do exercício com os fluxos de caixa líquidos e com a variação do caixa e equivalentes de caixa. As alterações nos itens do balanço patrimonial que não resultaram em fluxos de caixa, tais como diferenças de conversão cambial, variações (ganho ou perda) de valor justo e demais itens não monetários (i.e., transações não envolvendo caixa), foram eliminadas para efeitos de preparação desta demonstração. **2.17. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** Na aplicação das principais políticas contábeis da Companhia, a Administração exerce julgamentos e desenvolve estimativas para os valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos por meio de outras fontes. As estimativas e premissas associadas são baseadas na experiência histórica e demais fatores considerados relevantes e, portanto, os resultados futuros podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas subjacentes são continuamente revisadas pela Administração da Companhia. Os efeitos das revisões nas estimativas contábeis são reconhecidos prospectivamente. A Administração concluiu que os julgamentos e estimativas consideradas mais significativas na elaboração dessas demonstrações financeiras são aqueles referentes à determinação do valor recuperável dos ativos de longa duração. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes daqueles registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As principais estimativas referem-se à provisão para redução ao valor recuperável ("impairment") sobre o investimento na coligada Jirau e a expectativa de constituição e realização dos créditos tributários. **3. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS JÁ EMITIDAS E NORMAS AINDA NÃO ADOTADAS:** Normas contábeis novas e alteradas em vigor no exercício corrente: No exercício corrente as IFRSs abaixo relacionadas que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve nenhum impacto material nas demonstrações da Companhia. **Pronunciamento:** Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante (CPC 26 (R1)/IAS 1). **Descrição:** As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. **Pronunciamento:** Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e realocação (CPC 06 (R2)/IFRS 16). **Descrição:** As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e "leaseback", que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. **Pronunciamento:** Novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (CPC 03 (R2)/IAS 7). **Descrição:** As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. **Normas contábeis novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:** O pronunciamento alterado que entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. **Pronunciamento:** Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21). **Descrição:** Em setembro de 2024, O Comitê de

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		44.784	6.171
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciação		16	12
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de menos valia	5	(54.316)	(16.942)
Atualização monetária de provisão para "Earn-out"	12	10.065	8.599
Variação cambial, líquida	12	(123)	(155)
Imposto de renda e contribuição social corrente		12	
Redução (aumento) em ativos:			
Contas a receber de parte relacionada		(119)	(66)
Impostos e contribuições a recuperar		(263)	821
Outros		111	71
Aumento (redução) em passivos:			
Contas a pagar		(646)	914
Salários e encargos a pagar		255	421
Impostos e contribuições a recolher		156	(57)
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(68)	(211)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(156)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(224)	(211)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos para aquisição de ativo imobilizado		(32)	(22)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(32)	(22)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Capital integralizado	9.2	-	4.500
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	4.500
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(256)	4.267
Saldo no início do exercício	4	8.370	4.103
Saldo no fim do exercício	4	8.114	8.370

Pronunciamentos Contábeis - CPC, emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo "Lack of Exchangeability" emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Embora a adoção antecipada seja permitida, a Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e abaixo relacionadas, que entrarão em vigência a partir de 1º de janeiro de 2027: **Pronunciamento:** Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18). **Descrição:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras categorias são novas. **Pronunciamento:** Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19). **Descrição:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação da norma de IFRS 19, mas entende que será passível de impactos relacionado à IFRS 18.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	430	55
Aplicações financeiras (*)	7.684	8.315
Total	8.114	8.370

(*) As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, com rentabilidade média pós-fixada em 2024 de 100% (100% em 2023) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas dos rendimentos a serem auferidos.

5. INVESTIMENTO EM COLIGADA:	31/12/2024	31/12/2023
Jirau Energia S.A. ("Jirau")	1.637.186	1.582.871
Total	1.637.186	1.582.871

Abertura do saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2024:		
Participação societária Jirau	1.834.355	1.790.618
Menos valia	(197.169)	(207.748)
Total	1.637.186	1.582.871

a) Informações sobre a participação societária na Jirau:			
Coligada	Pais de incor-poração	% de partici-pação	Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024
Jirau	Brasil	20%	9.171.774
			8.953.091

b) Movimentação da participação societária na Jirau			
	2024	2023	
Saldo em 1º de janeiro	1.582.871	1.565.929	
Resultado de equivalência patrimonial e amortização de menos valia (i)	54.315	16.942	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.637.186	1.582.871	

i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a reconciliação do resultado com investimento em Jirau é como segue:

	2024	2023
Equivalência patrimonial na investida	43.736	8.843
Jirau (% de participação 20%)	10.579	8.099

Efeito de amortização de menos valia (*)

Resultado de equivalência e amortização de menos valia	54.315	16.942
--	--------	--------

(*) Durante o processo de alocação do preço de compra, foi apurado um resultado de menos valia decorrente da reajustes no ativo imobilizado de Jirau alocados na aquisição. Desta forma, a Administração da Companhia, realiza uma reversão da amortização da coligada no cálculo de sua equivalência patrimonial. **5.1. Informações gerais sobre a JIRAU:** A Jirau Energia S.A. ("Jirau", "Jirau Energia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ e com filial em Porto Velho - RO, e tem como objeto social a construção (já concluída) e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Jirau ("UHE Jirau"), em consonância com as regras emanadas do Edital de Leilão nº 05/2008 do empreendimento, Contrato de Concessão nº 002/2008-MME-UHE JIRAU e respectivo termo aditivo e demais regras aplicáveis. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2023, aprovou-se a alteração da denominação social da Companhia de Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR") para Jirau Energia S.A. As atividades da Jirau são regulamentadas principalmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. O prazo de duração da Jirau, previsto no estatuto social, será a princípio de 35 anos (até 13 de agosto de 2043), contados da data de assinatura de seu Contrato de Concessão (13 de agosto de 2008). O prazo poderá ser prorrogado e alterado de modo a acompanhar o prazo de vigência da concessão da UHE Jirau. Durante o exercício de 2024 a concessão foi outorgada por um prazo de 35 anos, a partir da assinatura do Contrato de Concessão nº 002/08 - MME-UHE Jirau, que ocorreu no dia 13 de agosto de 2008 (o prazo de concessão da UHE Jirau, foi estendido até dezembro de 2045). Em setembro de 2013, teve início a operação comercial da primeira unidade geradora (UG) da UHE Jirau. Com a publicação do Despacho ANEEL nº 3.032/2016, a UHE Jirau completou, formalmente, sua motorização, ou seja, 50 unidades geradoras (UGs) em operação comercial. Em 16 de dezembro de 2016, ocorreu a cerimônia de inauguração da UHE Jirau, reforçando a segurança energética do país com capacidade instalada de 3.750 MW. Apesar da Jirau ter apresentado prejuízo acumulado registrado em seu patrimônio líquido - R\$2.501.941 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.720.622 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes principalmente dos impactos, no passado, da exposição aos preços do mercado de curto prazo sobre os efeitos do GSF e do elevado custo de encargos de transmissão, cumpre registrar que em 2022 ocorreu a materialização de mudanças relevantes para a estrutura de custos, mitigando riscos de descontinuidade operacional observados até aquele exercício. A Companhia mantém estratégias seguras de mitigação de descontinuidade, tais como: (i) consolidação da estratégia de gestão de portfólio minimizando o risco de exposição ao mercado por meio de leilões bem-sucedidos de compra de energia no curto, médio e longo prazos e (ii) revisão tarifária do EUST (Encargo de Uso do Sistema de Transmissão) que, após 10 anos, com o fim do ciclo de encargos da tarifa, resultou na redução de 36,6% dos custos do referido estabelecimento, colocando a Jirau em rota de geração de lucro a partir do exercício de 2023. De acordo com o resultado apurado em 2024, nota-se mais um ano onde a empresa gera lucro em seu resultado do exercício. Ressalta-se que a Jirau apresentou capital circulante líquido (CCL) positivo de R\$749.033 em 31 de dezembro de 2024 (R\$314.013 em 31 de dezembro de 2023). A Administração da Companhia considera que os acionistas, tendo conhecimento da atual situação financeira da Jirau, continuam provendo os recursos necessários para que a Companhia cumpra com seus compromissos de curto prazo e médio prazos. **5.2. Operação comercial:** Após sagrar-se vencedora do Leilão nº 05/2008, a Jirau obrigou-se a viabilizar e a executar todas as obras civis visando à construção da UHE Jirau e a sua posterior operação. Para tanto, o Contrato de Concessão firmado pela Jirau estabeleceu um cronograma de prazos para a conclusão das obras civis e para o início da operação de cada uma das unidades geradoras (UGs) da UHE Jirau. No entanto, ao longo da construção uma série de eventos de força maior imputáveis à Jirau, dado que absolutamente inevitáveis, imprevisíveis ou de consequências incalculáveis à época da formulação da proposta tarifária e do planejamento da execução das obras e dos cronogramas iniciais, impactaram o ritmo da construção da UHE Jirau, fazendo com que as datas estabelecidas no contrato para início da geração de energia e consequente suprimento dos contratos firmados não pudessem ser atendidas. Em 2015 a Jirau teve seu pedido julgado procedente em primeira instância para reconhecer a excludente de responsabilidade pelo período de 535 dias. Até o momento, não há expectativa de julgamento da apelação em instância superior. **5.3. Informações financeiras:** As principais informações financeiras da Jirau, conforme demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitidas em 31 de janeiro de 2024, são como segue:

MIZHA ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.									
Passivo	31/12/2024	31/12/2023	8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir: 8.1. Contas a receber e receita com parte relacionada:				13. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada aos riscos. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez, de crédito e de mercado (risco cambial e de taxa de juros). Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:		
Passivo circulante	1.141.624	1.136.429	31/12/2024 31/12/2023				31/12/2024 31/12/2023		
Passivo não circulante	9.141.462	10.027.652							
Patrimônio líquido	9.171.769	8.953.098							
Total do passivo e patrimônio líquido	19.454.855	20.117.169							
	Exercício findo em								
	31 de dezembro de								
	2024	2023							
Receita operacional líquida	3.582.148	3.378.906							
Custos sobre energia vendida	(2.332.375)	(2.367.087)							
Lucro operacional bruto	1.249.773	1.011.819							
Despesas gerais e administrativas	(122.143)	(84.260)							
Outras receitas (despesas), líquidas	-	1.857							
Resultado financeiro	(790.986)	(858.280)							
Lucro antes dos impostos	336.644	71.136							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(117.962)	(26.923)							
Lucro líquido do exercício	218.681	44.213							
6. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR:	31/12/2024	31/12/2023							
Engie Brasil Participações Ltda. (*)	103.039	92.974							
Outros	416	1.062							
Total	103.455	94.036							
Circulante	416	1.062							
Não circulante	103.039	92.974							
(*) Valor referente a provisão de devolução de montante descontado na aquisição do investimento junto à Engie Brasil Participações Ltda. ("Engie"), sendo atualizado pela taxa de 100% do CDI, maiores detalhes, vide nota explicativa nº 12.									
7. SALÁRIOS E ENCARGOS:	31/12/2024	31/12/2023							
Provisão de férias e encargos	72	14							
IRRF sobre folha de pagamento	46	243							
Provisão de bônus geral	533	-							
Outros	25	164							
Total	676	421							

31 de dezembro de					
2024		2023			
Acionista	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Quantidade de ações	% de participação
Mitsui & Co. Ltd. (Japão)	2.229.999.999	100,00%	2.230.000	2.229.999.999	100,00%
Mitsui & Co. (Brasil) S.A.	1	-	-	1	-
Total	2.230.000.000	100,00%	2.230.000	2.230.000.000	100,00%

9.2. Capital a integralizar: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldo de capital a integralizar no montante de R\$55.400 (R\$55.400 em 31 de dezembro de 2023). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os acionistas integralizaram capital no montante total de R\$0 (R\$4.500 em 31 de dezembro de 2023). a. Lucro (prejuízo) por ação: O prejuízo por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício. Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), a seguir a Companhia apresenta as informações sobre o prejuízo por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

	Quantidade média ponderada de ações ordinárias	Lucro (Prejuízo) do exercício	Lucro (Prejuízo) por ação (R\$)
2024	2.230.000.000	44.783	0,020
2023	2.230.000.000	6.171	0,003

A Companhia não possui potenciais ações dilutivas e, portanto, o lucro (prejuízo) por ação é igual ao lucro (prejuízo) básico por ação. 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado: As despesas e os benefícios com o imposto de renda e a contribuição social nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, encontram-se apresentados na reconciliação do imposto entre a alíquota oficial e a alíquota efetiva, conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	44.796	6.171
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	34%	34%
Ajuste dos encargos à taxa efetiva: Resultado de equivalência patrimonial	18.467	5.760
Prejuízos fiscais não registrados	(10)	(116)
Diferenças temporárias ativas não registradas (*)	(3.468)	(3.255)
Outros	230	(291)

Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado (12) -

(*) A adição temporária mais relevante refere-se a provisão dos juros do Earn-out referente a aquisição da participação da Jirau junto à Engie Brasil Participações Ltda. ("Engie"). Devido à incerteza quanto à utilização dos créditos fiscais provenientes dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social e sobre diferenças temporárias, a Companhia não contabiliza esses impostos diferidos ativos. Desta forma, o crédito será registrado somente quando houver expectativa de realização. Por ter como objeto principal a participação no capital social da Jirau, a Companhia usualmente não possui base tributária de imposto de renda e de contribuição social em suas operações e, portanto, optou por não reconhecer o respectivo ativo fiscal diferido. O saldo de prejuízos fiscais e base negativa acumulado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não reconhecidos contabilmente, é de R\$74.808 e R\$74.798, respectivamente.

	2024	2023
11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:		
Serviços prestados no país	2.289	3.427
Honorários advocatícios	179	74
Salários e Encargos	3.167	3.963
Despesas com viagens	794	626
Contabilidade	10	130
Aluguéis e taxas	142	180
Outras	121	210
Total	6.702	8.610

12. RESULTADO FINANCEIRO: a) Preço de compra - "Earn out": Quando da aquisição da participação acionária de 20% na Jirau, época em que a UHE Jirau ainda estava em fase de construção, existiam diversos fatores que afetariam a Data da Operação Comercial ("Commercial Operation Date - COD") das unidades geradoras (UGs). Desta forma, o vendedor (Engie) e o comprador (Companhia) concordaram em instalar mecanismos de reajuste de preço de compra. No 1º aditivo do contrato de compra, o preço foi determinado com base no "Programa COD acordado" e "Força Maior por 150 dias". Em 2015, a Jirau teve decisão favorável em 1ª instância sobre os processos de excludentes de responsabilidade (nota explicativa nº 5.2), e com base no parecer jurídico dos seus assessores legais externos, procedeu com a reversão da provisão dos custos em atraso. A Companhia avaliou o valor justo do "Earn-out" e realizou provisão para ajuste de preço. Entretanto, esse valor aguarda a conclusão do processo em instância superior para efetivação do valor a pagar. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o saldo da referida provisão de ajuste de preço a pagar para a Engie é de R\$103.039 e R\$92.974, respectivamente (nota explicativa nº 6). No exercício de 2024 e 2023, a provisão foi acrescida de atualização monetária nos montantes de R\$10.065 (apresentado no resultado financeiro) e R\$8.599 (apresentado no resultado operacional), respectivamente. A Companhia reavaliou a melhor apresentação no resultado dada a natureza da operação, e reclassificou os efeitos para resultado financeiro a partir de 2024.

	2024	2023
b) Receitas e despesas financeiras:		
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	358	219
Atualização monetária	-	15
Subtotal - receitas financeiras	358	234
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(39)	(87)
Atualização monetária	(10.065)	-
Subtotal - despesas financeiras	(10.104)	(87)
Variação cambial		
Receita de variação cambial	131	75
Despesa de variação cambial	(8)	(230)
Subtotal - variação cambial, líquida	123	(155)
Resultado financeiro, líquido	(9.623)	(8)

DIRETORIA		
Noriaki Watanabe - Diretor Presidente	Domingues e Pinho Contadores Ltda. - CRC-RJ 001137/O-0	Luciana dos Santos Uchôa - Contadora - CRC-RJ 081.003/O-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Mizha Energia Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Mizha Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mizha Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Prejuízos acumulados da investida Jirau: Conforme divulgado na nota explicativa nº 5.1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024, a investida Jirau Energia S.A. ("Jirau") apresentava prejuízos acumulados nos montantes de R\$2.501.941 mil (R\$2.720.622 mil em 2023), o que não permite que essa investida pague dividendos nos próximos exercícios. Entretanto, a Administração da Companhia considera que os acionistas, tendo conhecimento da atual situação financeira da Jirau, continuarão provendo os recursos necessários para que a Companhia cumpra com seus compromissos de curto e médio prazo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Responsabilidades da Administração pelas

demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de junho de 2025
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8
Renato Vieira Lima
Contador - CRC n° 1 SP 257330/O-5

